



Cooperação Sul-Sul Brasil e Cabo Verde: cooperação técnica na área da educação

ALINE DUARTE DA GRAÇA RIZZO *

Introdução

O cenário internacional contemporâneo é marcado pelo crescente processo de globalização que tem trazido desafios teórico-metodológicos às ciências sociais, especialmente aos campos da História e das Relações Internacionais. A multiplicidade de atores bem como a tendência à multipolaridade em franco crescimento, diante dos eventos que marcam a virada do século XX para o século XXI, apontam para a necessidade de ampliação do objeto de estudo de ambas as disciplinas tradicionalmente focado no Estado-Nação enquanto unidade de análise. Eventos como o processo de descolonização da África e o fim da Guerra Fria foram o pano de fundo para a reivindicação de maior agência no cenário internacional por parte de atores outrora limitados pelo ambiente polarizado da Guerra Fria. Dentre esses movimentos de contestação do *status quo* insere-se a então denominada Cooperação Sul-Sul que é caracterizada por um forte impulso na cooperação internacional para o desenvolvimento entre os países do Sul Global que buscam uma alternativa ao esquema tradicional de doação Norte-Sul, se pretendo horizontalizada e não hierarquizada. Tal cooperação extrapola as relações interestatais, pois além de atores públicos incorpora a atuação de organizações privadas e transnacionais.

Nas últimas décadas também podemos observar que determinados países emergentes têm dado enfoque às políticas de redução das desigualdades sociais, dentre eles o Brasil. Cabe ressaltar que “países emergentes” são aqui entendidos como Estados que têm apresentado notável fortalecimento de suas economias ao mesmo tempo em que contestam a atual governança global, inclusive no campo do desenvolvimento (IKENBERRY e WRIGHT, 2008). Tais políticas não têm sido desenvolvidas e implementadas sem controvérsias internas, especialmente na área de educação. Em nível internacional a promoção de políticas públicas voltadas para a redução de desigualdades no âmbito da Cooperação Sul-Sul inclui não apenas

*Mestra em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC-Rio e graduada em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ.

a implementação de “modelos” brasileiros, mas também a divulgação de um discurso que coloca a cooperação brasileira como alternativa progressista e solidária. Tal discurso serve não apenas para ampliar a demanda por cooperação técnica brasileira, mas também para legitimar políticas públicas implementadas no âmbito doméstico no Brasil. Apesar de a literatura acadêmica sobre a Cooperação Sul-Sul, inclusive a sua vertente brasileira, ter expandido de forma significativa ao longo dos últimos cinco anos, relativamente pouco dessa literatura trata de uma das principais áreas da cooperação—área onde as políticas implementadas no próprio Brasil passam por um processo constante de contestação política: a educação.

O objetivo aqui proposto é examinar a promoção de modelos de políticas públicas na área educacional se concentrando em um estudo de caso da Cooperação entre Brasil e Cabo Verde. O recorte temporal é estabelecido entre o período de 2003 a 2016, levando em consideração os projetos que estarão em execução, a partir da interface entre os métodos da História e das Relações Internacionais². Quatro questões aqui são centrais: (a) no plano teórico como e até que ponto a Cooperação Sul-Sul na área da educação filtra, reflete, ou rebate as controvérsias internas do país provedor?; (b) em relação à dimensão empírica como os projetos educacionais realizados no âmbito da Cooperação Sul-Sul entre Brasil e Cabo Verde mobilizam o discurso da redução das desigualdades sociais e até que ponto esse discurso guia a implementação de projetos?; (c) como tal discurso está associado às controvérsias em torno das políticas de educação implementadas no Brasil ao longo da última década?; (d) finalmente, ao lado cabo-verdiano, como tais discursos e práticas são percebidos, adaptados e/ou questionados por atores locais?

Esta proposta justifica-se por ter o objetivo de contribuir para o preenchimento de lacunas teóricas e empíricas. No plano teórico, a literatura de *policy transfer* fala do processo de legitimação, inclusive na área da educação, mas pouco dessa literatura trata da onda atual de Cooperação Sul-Sul; é uma discussão importante porque as potências emergentes tratam de legitimar os modelos de desenvolvimento, inclusive a ênfase sobre redução da pobreza, quando esses modelos divergem em vários aspectos dos modelos promovidos pelo Norte, por

² Este artigo foi elaborado a partir de um projeto de pesquisa e, portanto, lança questões para análise futura.

exemplo, o papel do estado é mais forte, ao passo que os doadores e organizações internacionais têm promovido muitas soluções baseadas na privatização e predominância do mercado livre.

Empiricamente, a literatura sobre Cooperação Sul-Sul brasileira se concentra fortemente nos casos de Moçambique e Angola, ao passo que países lusófonos menores são objetos de estudo com menor frequência; a cooperação brasileira é diversificada e bem estabelecida em Cabo Verde, e o campo do desenvolvimento menos complexo do que em Moçambique e Angola; além disso, a Cooperação Sul-Sul no país envolve não apenas o Brasil, como provedor, mas também a China, que oferece um ponto de comparação interessante para a análise da Cooperação Sul-Sul brasileira em Cabo Verde.

Além da introdução e conclusão este artigo divide-se em duas seções: *Cooperação Sul-Sul e Desigualdade: alguns apontamentos teóricos*, que traz as principais discussões que irão compor o arcabouço teórico desta pesquisa; e *Cooperação Sul-Sul Brasil e Cabo Verde: um estudo de caso* aponta brevemente a trajetória das relações entre Brasil em Cabo Verde no âmbito da Cooperação Sul-Sul apresentando os principais projetos na área da educação.

Cooperação Sul-Sul e Desigualdade: alguns apontamentos teóricos.

A Cooperação Sul-Sul nos últimos anos tem tido crescente aumento de fluxo desafiando as discussões teóricas tradicionais acerca do desenvolvimento, agora promovidos pela periferia do sistema internacional. As políticas de ajuda foram historicamente concebidas e examinadas a partir da perspectiva ocidental à luz dos binários Ocidente/Oriente, Norte/Sul, países desenvolvidos/países subdesenvolvidos notadamente marcados por relações assimétricas e verticalizadas. O contexto pós Guerra Fria, marcado pela multipolaridade, vislumbra um cenário internacional no qual uma diversidade de atores reivindica maior agência e desafiam o seu *status quo*.

A ajuda entre Estados que não são considerados doadores tradicionais não é um dado recente. Estudos empíricos apontam que essa relação ocorre desde longa data e, portanto, não se dever perder de vista seu componente histórico. No entanto, além do fato de que a ajuda para o desenvolvimento tenha tido tradicionalmente o foco voltado para a ajuda fornecida por

países “desenvolvidos” aos países “subdesenvolvidos”, nos últimos anos a cooperação entre “doadores emergentes” teve exponencial crescimento sendo imbuída de grande caráter de contestação simbólica gerando novos questionamentos acerca de padrões de desenvolvimento e de reordenamento do sistema internacional. Conseqüentemente o interesse por estudos relacionados a esse tema somente foi despertado recentemente. (MAWDSLEY, 2012).

A Cooperação Sul-Sul se pretende horizontalizada e simétrica desafiando as teorias tradicionais das Relações Internacionais e seus esforços explicativos. Consideradas teorias *mainstream* das RI's as teorias Realista e Neoinstitucional tratam da formação de alianças (WALTZ, 1976) ou ainda da cooperação internacional (KEOHANE, 1984), no entanto, não observam as especificidades dos países não industrializados ou emergentes sendo assim limitadas para a compreensão da cooperação Sul-Sul. Por sua vez a Teoria da Dependência compreende o subdesenvolvimento não como uma fase para o desenvolvimento, mas como um fenômeno histórico que reflete o aprofundamento do capitalismo e a dominação/imperialismo dos países do Norte. Como solução propõe trocas econômicas, tecnológicas e técnicas entre os países do Sul. Limita-se por ser mais normativa do que empírica ao propor que as iniciativas dos países do Sul Global seriam sempre neutras. (AMIN, 1986).

A atual intensificação da cooperação entre países do Sul Global ainda carece de definição teórica e conceitual robusta inclusive no campo das Relações Internacionais. Segundo Iara Costa Leite é no campo da sociologia que os esforços nesse direção têm sido mais significativos:

Diante dessa dificuldade, pode ser de grande valia tentarmos dialogar com os trabalhos que se voltaram, tradicionalmente, para o estudo da cooperação: os estudos sociológicos. Aqui, a cooperação é entendida, amplamente, como um processo de troca envolvendo indivíduos ou grupos sociais – processo este que, uma vez bem sucedido, pode levar ao estabelecimento de instituições no longo prazo. (LEITE, 2010).

Nesse sentido, a Teoria Social compreende a cooperação Sul-Sul em uma lógica de troca, que deve ser problematizada: em que medida as expectativas dos doadores e recipiendários são atendidas? De fatos tais relações são horizontalizadas como se pretendem?

Em uma abordagem antropológica o trabalho de Emma Mawdsley (2012) faz uma contextualização dos movimentos de cooperação internacional levantando questões relacionadas à reciprocidade e doação. É nesse marco teórico da Teoria Social que este trabalho se insere admitindo-se no entanto, a carência teórica e metodológica da definição do termo “Cooperação Sul-Sul” e utilizando-se de recursos dos estudos sociológicos onde a cooperação é compreendida como um processo de troca entre indivíduos e grupos sociais do qual a longo prazo emergem instituições. (LEITE, 2010).

Portanto, compreendo aqui Cooperação Sul-Sul como um processo amplo de troca entre Estados do Sul Global que se pretende horizontalizada, não-hierarquizada. Esses Estados, outrora recipiendários, através da Cooperação “entre iguais” trazem uma alternativa e/ou complemento ao esquema de troca tradicional “doadores x recipiendários” e, portanto, desafiam o *status quo* do sistema internacional.

Também carece de compreensão teórica o papel exercido pelas potências emergentes enquanto doadoras e seus impactos na ordem global. Segundo Mawdsley (2012) esse novo cenário sugere questões e desafios tais como:

What challenges do the rise of the (re-)emerging donors and development partners pose for theorizing development, both in terms of long-term and deeper process of change, and in relation to the policies and practices of intentional development? (MAWDSLAY, 2012:8).

Nesse sentido, é observada uma tendência em que as potências emergentes buscam legitimar, através da Cooperação Sul-Sul, modelos de desenvolvimento que enfatizam a redução da pobreza e que divergem de modelos promovidos pelo Norte nos quais predominam soluções baseadas na predominância do livre mercado. A literatura sobre *policy transfer* discute o movimento de legitimação de políticas domésticas a partir da transferência de políticas públicas, mas não lida com a atual onda de Cooperação Sul-Sul.

Para tratar a relação entre desenvolvimento e desigualdade lanço mão do conceito de *capability* de Amartya Sen (1992) em que para se alcançar a justiça distributiva é preciso conjugar dois elementos fundamentais: 1) bem-estar 2) liberdade para alcançar o bem-estar. Ao contrário das interpretações utilitaristas, Sen propõe que não basta definir utilidades

comuns a serem distribuídas igualmente a fim de estabelecer o bem-estar sem compreender que os indivíduos têm capacidades distintas. Nesse sentido, os projetos de cooperação técnica na área da educação aqui serão analisados de forma diversificada, incorporando além da ampliação do acesso universal ao ensino formal, característica emblemática das políticas educacionais historicamente desenvolvidas no Brasil (OLIVEIRA, 2007), mas também projetos que abarquem capacitação profissionalizante, alimentação escolar e inclusão de pessoas portadoras de necessidades especiais.

Por fim, partindo do pressuposto de que:

the demand by some of the emerging powers for greater equality and justice between states within global development governante regimes is not necessarily inflected inwards to support a more progressive or just politics within states. (MAWDSLAY, 2012:14)

será proposto aqui, em um esforço de contribuição teórica, a reflexão sobre o possível nexo entre Cooperação Sul-Sul e desigualdades sociais. Será objeto de reflexão o fluxo de legitimação de controversas domésticas dos doadores a partir da implementação de projetos na área da educação em países recipiendários e em que medida esses projetos sustentam e mobilizam o discurso de redução das desigualdades. Portanto, o questionamento central é: como e até que ponto a Cooperação Sul-Sul na área da educação filtra, reflete, ou rebate as controvérsias internas do país provedor?

Cooperação Sul-Sul Brasil e Cabo Verde: um estudo de caso.

Durante os dois mandatos do governo Lula iniciado em 2003, cuja política externa é considerada proativa e pragmática (HIRST, LIMA e PINHEIRO, 2010), foi dado um impulso fortemente significativo na Cooperação Sul-Sul. Houve importante ênfase da política externa brasileira na cooperação com o continente africano (ABDENUR e SOUZA-NETO, 2013) com foco na região da África subsaariana.

Grande parte dos projetos de cooperação brasileira na área de educação tem se direcionado para os países africanos membros da Comunidade dos Países de Língua

Portuguesa (CPLP) e abrange os seguintes setores: concessão de bolsas de estudos; estruturação da educação superior; formação de professores; educação profissional; alfabetização de jovens e adultos, educação especial; currículo e gestão; merenda escolar; educação à distância, ensino de língua portuguesa; bolsa escola; e educação em interface com outras áreas, como saúde, esporte, meio-ambiente e ciência. (SILVA, 2012). Esses projetos são geridos pelo Ministério da Educação do Brasil e operacionalizados por órgãos públicos e privados dentre eles a Universidade Aberta do Brasil vinculada à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - UAB/CAPES e o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI. A interação do Brasil com os países membros da CPLP tem suscitado importantes discussões especialmente na área de Educação na qual tem se questionado a pretensão hegemônica dos projetos desenvolvidos pelo Brasil no âmbito da cooperação técnica principalmente no que tange ao ensino de língua portuguesa. Nesse contexto se inserem as atuais relações Brasil e Cabo-Verde.

Uma das primeiras colônias portuguesas Cabo Verde foi um importante entreposto comercial devido à sua posição estratégica que servia de rota na conexão Europa, África e Brasil. Em 1975 se torna independente e em 1991 foi instituída a democracia parlamentar. Sua forma de governo atual é caracterizada por uma república semipresidencialista³.

A primeira reforma educacional em Cabo Verde ocorreu em 1979 e foi de caráter abrangente e estruturante promovendo mudanças profundas no sistema educativo. As reformas curriculares atuais têm como base uma recomposição conservadora e neoliberal processo esse decorrente da globalização da economia. Muitos dos projetos educacionais em Cabo Verde foram financiados por organismos internacionais como o Banco Africano para o Desenvolvimento e o Banco Mundial. Além disso, o traço colonial ainda é muito presente no sistema educativo cabo-verdiano. (VIEIRA, 2012).

O primeiro acordo de cooperação técnica assinado entre os dois países foi em 1977, mas é a partir do ano de 2003 que observamos o incremento de projetos relacionados à educação a partir da crescente importância da política externa brasileira voltada para o continente africano e especialmente para os países membros da CPLP (MIYAMOTO, 2009).

³República de Cabo Verde – Site Oficial da República de Cabo Verde – Disponível em: <http://www.governo.cv/> Acessado em 15 de agosto de 2014.

Tais projetos estão inseridos na área da educação, formal e profissional, compreendidos entre o período de 2003 e 2016 (incluindo previsão de conclusão), a saber: Fortalecimento do sistema de formação profissional do Instituto de Emprego e Formação Profissional do Ministério do Trabalho e Solidariedade de Cabo Verde; Fortalecimento e capacitação técnica de Recursos Humanos para o Sistema de Formação Profissional de Cabo Verde; Programa de Alfabetização Solidária em Cabo Verde; Escola de Todos; Oficina de Trabalho Sobre Educação de Jovens e Adultos nos Países de Língua Portuguesa; Formação Profissional na área de Turismo e Hotelaria; Capacitação de técnicos e professores de alunos com necessidades especiais; Fortalecimento Institucional do Instituto de Emprego e Formação Profissional; Missão de acompanhamento à formação de coordenadores de cursos de Educação Especial à Distância em Cabo Verde; Missão à Cabo Verde de prospecção de projetos nas áreas saúde e educação superior; Qualidade da Educação Superior – criação de um Sistema de Avaliação em Cabo Verde⁴.

Além do Brasil outros atores atuam na assistência e desenvolvimento do setor educativo em Cabo Verde, dentre eles Portugal através do Acordo de Cooperação para o Ensino e Formação Profissional assinado em 04 de novembro de 1976⁵, e a UNESCO em parceria com o Ministério da Educação e Desporto de Cabo Verde (MED)⁶.

Observamos, portanto, que o Brasil tem empreendido nos últimos anos diversos projetos de cooperação em Cabo Verde, Estado membro da CPLP, e dentre eles muitos são voltados para a área da educação. No entanto, são escassos os trabalhos dedicados a esse campo.

Conclusão

⁴Agência Brasileira de Cooperação – ABC – Disponível em: <http://www.abc.gov.br/projetos/pesquisa> Acessado em 15 de agosto de 2014.

⁵Câmara de Comércio Indústria e Turismo Portugal Cabo Verde – Disponível em: http://www.portugalcabo Verde.com/item2_detail.php?lang=1&id_channel=32&id_page=126&id=126 Acessado em: 15 de agosto de 2014.

⁶Ministério da Educação e Desporto de Cabo Verde –MED – Disponível em: <http://www.minedu.gov.cv/#> Acessado em: 15 de agosto de 2014.

Este artigo é uma proposta de pesquisa e, portanto, não apresenta no momento resultados significativos. Nesse sentido, alguns direcionamentos futuros podem ser apontados. Partindo das questões centrais que motivam este projeto, será adotado o método qualitativo associando elementos teóricos e empíricos a partir de dados coletados em pesquisas realizadas em arquivos e bancos de dados no Brasil e em Cabo Verde, além da utilização do método da História Oral objetivando dar voz aos atores que atuam na promoção da cooperação, bem como aos atores que recebem a ajuda, a fim de compreender os impactos dessa troca na redução de desigualdades.

No Brasil serão coletados dados da Agência Brasileira de Cooperação (ABC) vinculada ao Ministério das Relações Exteriores do Brasil, em particular os acordos estabelecidos entre Brasil e Cabo Verde no âmbito da Cooperação Técnica na área de educação como o Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica 28/04/77⁷; em órgãos públicos e privados: Ministério da Educação do Brasil (MEC); Universidade Aberta do Brasil, Universidades Federais e Estaduais, Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), entre outros. Em Cabo Verde os dados serão coletados em órgãos governamentais como o Ministério da Educação e Desporto de Cabo Verde (MED); instituições de ensino formal e profissional públicas e privadas incluindo instituições de Ensino Superior como a Universidade de Cabo Verde.

A partir do método da História Oral, além da coleta de dados serão realizados trabalhos de campo com entrevistas com representantes de órgãos governamentais, instituições de ensino públicas e privadas e sociedade civil no Brasil e em Cabo Verde.

Nesse sentido, a proposta fundamental desta pesquisa é observar, à luz da interseção teórico-metodológica das Relações Internacionais e da História, o recente movimento da Cooperação Sul-Sul, suas implicações na atual governança global e principalmente sua relação com a redução das desigualdades tanto no âmbito doméstico quanto no âmbito do sistema internacional.

Bibliografia:

⁷ Disponível em: <http://www.abc.gov.br/projetos/pesquisa> Acessado em 15 de junho de 2015.

ABDENUR, Adriana Erthal. “China and the BRICS Development Bank: Multilateralism and Legitimacy” *IDS Bulletin* 45:4, 85-101. 2014

_____. e SOUZA NETO, Danilo Marcondes de “O Brasil e a cooperação em defesa: a construção de uma identidade regional no Atlântico Sul” *Revista Brasileira de Política Internacional* 57:1, 5-21. 2014

_____. *Beyond China and Africa: a focus on Brazil*. Democracy in Africa. 08 de junho de 2013.

AMANOR, Kojo. “South-South Cooperation in Africa: Historical, Geopolitical and Political Economy Dimensions of International Development” *IDS Bulletin*, 44:4. 2013.

AMIN, Samir. *Delinking: Towards a Policentric World*. Londres e NovaYork: Zed Books. 1990.

BURGES, Sean. Brazil's International Development Co-operation: Old and New Motivations. *Development Policy Review*, 2014, 32 (3): 355–374

CABRAL, Lúcia, RUSSO, Giuliano e WEINSTOCK, Julia. Brazil and the Shifting Consensus on Development Co-operation: Salutory Diversions from the ‘Aid effectiveness’ Trail? *Development Policy Review*, 2014, 32 (2): 179-202.

CANAU, Vera Maria Ferrão . Direito a`educação, diversidade e educação em direitos humanos. In: Susana beatriz Sacavino. (Org.). *Educação em Direitos Humanos: pedagogias desde o Sul*. 1ed.Rio de Janeiro: Editora 7 Letras, v. , p. 38-55. 2013.

GONZALES, Manuel Jose Forero e PEREIRA, Ricardo Mendes. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada IPEA. Brasília. 2012.

Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional (COBRADI): o Brasil e os fundos multilaterais de desenvolvimento.

GREENHILL, Romily.; PRIZZON, Annalisa. e ROGERSON, Andrew. “The Age of Choice: Developing Countries in the New Aid Landscape,” ODI Working Paper 364, London: Overseas Development Institute. 2013.

HIRST, Mônica, LIMA, Maria Regina Soares e PINHEIRO, Letícia. *A Política Externa Brasileira em Tempos de novos Horizontes e Desafios*. Nueva Sociedad. 2010.

KEOHANE, Robert. *After Hegemony: Cooperation and Discord in the World Political Economy*. Princeton University Press, 1984.

LEITE, Iara Costa. Cooperação Sul-Sul: Conceito, História e Marcos Interpretativos. Observador On-line v.7, n.03, mar. 2012.

LEITE, Patrícia .*O Brasil e a Cooperação Sul-Sul em três momentos de política externa: os governos de Jânio quadros/João Goulart, Ernesto Geisel e Luiz Inácio Lula da Silva*. Brasília. Fundação Alexandre de Gusmão – FUNAG. 2011.

LIMA, Maria R. A política externa brasileira e os desafios da cooperação Sul-Sul. Rev. Bras. Polít. Int. 48 (1): 24-59 2005.

MAWDSLEY, Emma. *From Recipients to Donors: Emerging Powers and the Changing Development Landscape*, London: Zed Books. 2012

MILANI, Carlos R. S. Aprendendo com a história: críticas à experiência da Cooperação Norte-Sul e atuais desafios à Cooperação Sul-Sul. *Caderno CRH*, vol. 25, no. 65, p. 211-231. agosto 2012.

_____. CARVALHO, T. C. O. . Cooperação Sul-Sul e Política Externa: Brasil e China no Continente Africano. *Estudos Internacionais: revista de relações internacionais da PUC Minas*, v. 1, p. 11-35, 2013.

_____. *Brazil's South–South Co-operation Strategies: From Foreign Policy to Public Policy*. South African Institute of International Affairs. Março, 2014.

MIYAMOTO, Shighenoli. O Brasil e a comunidade dos países de língua portuguesa (CPLP) Rev. Bras. Polít. Int. 52 (2): 22-42. 2009.

OLIVEIRA, Romualdo *Da Universalização do Ensino Fundamental ao desafio da qualidade: uma análise histórica*. Educ. Soc., Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 661-690, out. 2007

PENNA FILHO, Pio e LESSA, Antônio Carlos Moraes “O Itamaraty e a África: as origens da política africana do Brasil” *Revista Estudos Históricos* 1:39. 2007.

PINHO, Carlos Eduardo. Cooperación Sur-Sur para el desarrollo: las relaciones brasil-áfrica en la promoción de las políticas públicas. *América Latina Hoy*, 63, 2013, pp. 91-112. 2003-2012.

SEN, Amartya. *Inequality Reexamined*. Oxford. New York. 1992.

SILVA, Diego Barbosa As contradições da cooperação técnica em educação Brasil-CPLP: o caso do Timor-Leste. *Carta Internacional*. Vol. 7, n. 2, p. 127 a 148. jul.-dez. 2012

VEIGA, Laura da e BARBOSA, Maria Ligia de Oliveira. Desigualdades Sociais e Educação: os impactos e os limites das políticas sociais. XX Encontro Anual da ANPOCS GT Educação

e Sociedade Caxambú 2 a 26 de outubro de 1996.

VIEIRA, Arlindo Mendes. Reformas Curriculares em Cabo Verde. Universidade do Minho, Portugal. 2012.

WALTZ, Kenneth. Theory of International Politics. New York: McGraw-Hill, Inc., 1976.

Referências da Internet:

ABC - Agência Brasileira de Cooperação. Disponível em: <http://www.abc.gov.br/Projetos/pesquisa>. Acessado em 06 de agosto de 2014.

Câmara de Comércio Indústria e Turismo Portugal Cabo Verde – Disponível em: http://www.portugalcaboverde.com/item2_detail.php?lang=1&id_channel=32&id_page=126&id=126 Acessado em: 15 de agosto de 2014.

Ministério da Educação e Desporto de Cabo Verde –MED – Disponível em: <http://www.minedu.gov.cv/#> Acessado em: 15 de agosto de 2014.

República de Cabo Verde – Site Oficial da República de Cabo Verde – Disponível em: <http://www.governo.cv/> Acessado em 15 de agosto de 2014.